**SEMINÁRIOS NÚCLEO PRÁXIS-USP**
**EDUCAÇÃO POPULAR E FORMAÇÃO POLÍTICA**

# PANORAMA HISTÓRICO DO MARXISMO NA AMÉRICA LATINA

*dos primórdios ao marco soviético, do etapismo ao refluxo do fim de século*

**Yuri Martins-Fontes ***

A Revolução Russa de 1917 foi para os povos do planeta um choque e um chamamento, um evento que abalou as estruturas do sistema capitalista e insuflou ânimo tanto no debate teórico como na prática política de diversas nações. Na América, este impacto se fez sentir com força por volta dos anos 1920, quando sob o estrondo bolchevique deu-se a criação de muitos dos partidos comunistas do continente[i].

Entre as principais questões enfrentadas pelos marxistas latino-americanos, neste tempo de formação, está a de compreender o caráter da revolução no contexto específico de seus povos. Tal debate se vincula a um outro também fundamental, a questão da prática política: a definição de estratégias, de métodos de luta e de formas de estabelecer possíveis alianças.

Como consequência do surto organizativo fomentado pela vitória bolchevique, a Internacional Comunista (IC) passaria a olhar com mais seriedade para as nações americanas e, por conseguinte, a exercer sua influência enquanto "grande partido mundial". Até então, o parco marxismo que chegara à América – em um primeiro esforço por interpretar nossa realidade histórica e, subsequentemente, elaborar ações políticas revolucionárias – encontrava-se ainda bastante restrito às concepções social-democratas, que predominavam nos círculos da Internacional Socialista (IS). São os casos do *economicismo mecanicista* e do *evolucionismo parlamentar*, perspectivas dogmáticas segundo as quais as leis da história seriam semelhantes às leis naturais, de modo que o colapso do capitalismo seria inevitável e, portanto, a transição para o socialismo deveria ser gradual, engendrada de maneira pacífica por meio de reformas institucionais. Marcadas pelo determinismo, tais ideias haviam desviado a II Internacional dos princípios marxistas fundamentais, a saber: a concepção *materialista-dialética* da história; e o conceito de *práxis*, que afirma a impossibilidade ética e epistemológica de separação entre teoria e prática[ii].

Mais tarde, porém, nos anos 1930, após a perda do gênio de Lênin (em 1924) – liderança

estável que unificava o Partido Comunista da União Soviética –, houve uma paulatina burocratização do governo bolchevique, processo desencadeado pelos crescentes problemas estruturais e pelas agressões internas e externas sofridas pelos revolucionários. Com o crescimento do perigo fascista, a União Soviética, então governada por Josef Stálin, passou a defender que os partidos comunistas implementassem políticas "frentistas", estabelecendo alianças com setores supostamente "nacionalistas" das burguesias. Assim, novamente certa rigidez dogmática – antidialética, cientificista e eurocêntrica – retornaria à proa do movimento marxista internacional, ainda que ora sob um novo prisma[iii].

Apesar da hegemonia mundial que a URSS então exercia, tal estratégia seria enfrentada em vários países. Entre os primeiros resultados emblemáticos desta desobediência a Moscou – o que repercutiria alto na América e no mundo– está o sucesso da Revolução Chinesa, em 1949, levada a cabo por meio das concepções táticas e ideológicas de Mao Tsé-Tung, que divergiam em vários aspectos das soviéticas, especialmente no tocante à autonomia dos comunistas diante dos "nacionalistas" e à perspectiva de que o campesinato chinês tinha papel-chave no processo revolucionário.

Na década seguinte, foi a Revolução Cubana que sobressairia aos olhos do mundo, ao mostrar o equívoco de se querer uniformizar os processos revolucionários sob a régua europeia. Sob o comando de Fidel Castro, em 1959, os guerrilheiros do Movimento 26 de Julho consumaram sua revolução praticamente sem apoio do Partido Comunista – contrariando a orientação de Moscou, que então pregava a "coexistência pacífica". Com a vitória da luta armada cubana, as concepções *etapista* e *aliancista* perderam força, e os povos americanos viveriam um novo momento de radicalização revolucionária.

***

De modo panorâmico, para fins de análise dos principais temas que concernem às questões nacionais no continente, pode-se caracterizar quatro períodos históricos do pensamento socialista americano, desde seu início, até o final do "breve" século XX. Dentre eles, três se situam em um campo predominantemente marxista; e um, precedente, se caracteriza pelo ecletismo de quando as ideias de Marx começaram a ser absorvidas pelos trabalhadores das novas nações da América – embora entendidas de forma ainda superficial e mescladas às dos socialismos pré-marxistas[iv].

## 1 – Os primórdios: meados do século XIX

O primeiro período socialista, que começou a mobilizar os povos da América, se caracterizou pela agitação política e intelectual da modernidade. Iniciado em meados do século XIX, com a elaboração das primeiras e ainda idealistas concepções socialistas (utópicas, republicanas, anarquistas, positivistas), perpassou a década de 1870, tempo marcado pela influência da I Internacional – a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876) – quando se deu, conforme documentação histórica, a difusão das ideias de Marx pelo continente. Neste caldo cultural, foram fomentados os pioneiros debates marxistas americanos – não obstante seu teor ainda eclético.

O pensamento marxista atravessa o oceano rumo às jovens nações americanas trazido em grande medida por revolucionários europeus perseguidos no contexto das reações conservadoras a processos históricos como o aprofundamento das lutas republicanas espanholas (1868-1874), a Comuna de Paris (1871), as insurreições italianas (na década de 1870) e o fortalecimento do movimento operário socialista alemão (reprimido sobretudo a partir de 1878, com as Leis Antissocialistas de Otto von Bismarck).

Apesar do vigor insurrecional dos primórdios, a partir de 1890, uma leitura dogmática do marxismo acompanharia o apogeu da Internacional Socialista, influenciando com seu cientificismo os primórdios do socialismo americano. Trata-se de um período anterior à ampla difusão e efetivo protagonismo do pensamento marxista no movimento proletário, que se consolidaria com a Revolução Bolchevique de 1917. Um tempo de maturação de variados e ecléticos ideais socialistas, em que há a predominância de socialismos idealistas e de correntes anarquistas (especialmente o anarco-sindicalismo). Em meio ao ecletismo, por este tempo a obra de Marx começou a ser discutida e divulgada: caso das edições mexicana (1884) e argentina (1893) do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, ambas baseadas na tradução de 1872 do militante espanhol José Mesa y Leompart; e da tradução do volume I d'*O capital* pelo argentino Juan Justo, que circulou em fascículos entre 1897 e 1898.

À época, em vários países americanos, intelectuais e ativistas socialistas – embora com uma compreensão ainda superficial do pensamento começado por Marx e Engels – contribuíram com a construção do que seria o germe do florescer comunista. São criados os primeiros jornais e revistas socialistas latino-americanos e formados vários coletivos de trabalhadores. Vale também ser destacado que a II Internacional contou com delegados e observadores do Uruguai, do Chile e do Brasil[v].

**2 – Período da consolidação marxista: após a Revolução Soviética**

O segundo período – o primeiro predominantemente marxista – foi marcado pelo ânimo

revolucionário posterior a 1917. Começou com a disseminação de organizações comunistas, processo que se seguiu à criação da Internacional Comunista (IC) – fundada em Moscou em 1919, por Lênin e seus camaradas vitoriosos. A nova Internacional atraiu ao entorno bolchevique socialistas de diversas correntes: de anarco-sindicalistas brasileiros e mexicanos, a socialistas-idealistas uruguaios, revolucionários pequeno-burgueses peruanos e militares mexicanos. Este período iria até meados da década de 1930, quando o radicalismo cedeu espaço ao "frentismo". É destes tempos o surgimento das primeiras interpretações das realidades nacionais americanas formuladas propriamente a partir da concepção materialista da história – ainda que por vezes de forma pouco *dialética*, pois que ainda afetada pelo eurocentrismo.

Em novembro de 1919, foi fundado no México o primeiro partido latino-americano expressamente "comunista"; semanas depois da criação do PC estadunidense, que como tantos na América deriva de um anterior partido "Socialista". Em 1920, foi criado o PC uruguaio. Ainda neste ano surgiu o PC argentino, originado do Partido Socialista Internacional (de 1918, cisão dos *socialistas* que, em meio à I Guerra, reivindicaram o "internacionalismo"). Em 1922, originado do Partido Operário Socialista (1912) de Recabarren, nasceu o PC chileno; mesmo ano em que, a partir de organizações socialistas (notadamente anarco-sindicalistas), foi fundado o PC brasileiro, unificando coletivos pró-bolcheviques do país (como a Liga Comunista de Santana do Livramento, de 1918, e o Grupo Comunista do Rio, de 1921).

Na sequência dessa década, comunistas de muitas outras nações também se organizariam. São alguns marcos do período: a formação, em 1925, do Secretariado Sul-Americano da IC (com base na orientação de seu V Congresso, de 1924, visando a ampliação de sua influência); e, em 1929, a I Conferência Comunista Latino-Americana, promovida na capital argentina (na qual as ideias de José Carlos Mariátegui ganham projeção internacional)[vi].

Da avalanche de ideias e ânimos de após a Revolução de Outubro, advieram os primeiros esforços mais bem-sucedidos de interpretação das realidades americanas por meio do materialismo histórico. Porém, como os partidos comunistas do continente eram ainda incipientes, sua orientação teórica inicial se apoiou nas concepções da recém-fundada IC, organização que teve grande projeção mundial (e que neste tempo era ainda liderada pelo gênio de Lênin). Ademais, vale ressaltar que, em seus primórdios leninistas, a influência que a Internacional Comunista exerceu sobre a América foi francamente revolucionária, anti-imperialista e antialiancista – em oposição ao evolucionismo *parlamentar-pacifista* de depois.

Dois documentos pioneiros – e bastante avançados – da Internacional desempenharam significativa influência nestes primeiros passos. Em ambos, atribui-se à luta revolucionária americana tarefas agrárias, anticapitalistas e anti-imperialistas. Ademais, concebe-se a unidade

entre o proletariado e o campesinato (pautada em contextos nacionais) como uma estratégia de revolução "ininterrupta"; e se afirma que o partido de vanguarda é que deve guiar seus povos (então sujeitos ao poder de um capitalismo pouco industrializado e dependente) rumo ao "poder" estatal, prescindindo da passagem prévia pelo suposto estágio histórico capitalista "nacional e democrático" (ideia explicitamente negada).

O primeiro documento, "Sobre a Revolução na América: um chamado à classe operária das duas Américas", é de 1921. Começa sua discussão pelo sugestivo item "América do Sul, base colonial do imperialismo americano" – no qual "América do Sul" faz referência ao que hoje chamamos "América Latina"[vii]. Este manifesto defende a necessidade de aliança entre operários e camponeses, contra o imperialismo estadunidense e a burguesia local sul-americana a ele aliada. Menciona ainda a possibilidade de que a Revolução Latino-Americana se estenda por todo o continente – em uma antecipação da tese que seria consolidada na segunda metade do século XX pela corrente castrista-guevarista; e o faz, inclusive, de modo mais amplo do que cogitaram os revolucionários cubanos, ao propor que se efetivasse uma união entre o "movimento revolucionário da América do Sul" e aquele dos "Estados Unidos" – em tempos nos quais ainda havia correntes revolucionárias entre o proletariado do império do Norte. O debate parte da constatação de que se a Inglaterra teve seu imperialismo (ora decadente, no entreguerras) fundado no "sistema colonial", os ianques basearam o seu na "exploração e domínio da América do Sul". O manifesto critica ainda a postura parlamentar pacifista da Internacional Socialista: este "socialismo" que "traiu escandalosamente os interesses das massas". Sua perspicaz conclusão prenuncia o contexto de agravamento da crise estrutural capitalista que ocorreria no fim do século XX e as ameaças de um progresso meramente técnico que exclui multidões e ameaça o equilíbrio ambiental: "A força dos Estados Unidos e seu desenvolvimento constituem o maior perigo para a segurança do mundo, para a liberdade dos povos e para a libertação do proletariado".

Já na declaração que talvez seja a primeira da Internacional dirigida especificamente aos povos da América Latina, intitulada "Aos operários e camponeses da América do Sul", de 1922/1923, o debate se volta à questão que viria a ser tão recorrente como problemática para a Revolução Latino-Americana: a do "aliancismo"[viii]. Desde o princípio, insiste-se na tese de que há laços íntimos entre as burguesias nativas dos países da América e o imperialismo estadunidense, afirmando, portanto, que para o enfrentamento desta frente reacionária é necessária a união das únicas classes que podem ser consideradas revolucionárias: a operária e a camponesa. No primeiro item, "O papel dos Estados Unidos", reitera-se o discutido no manifesto anterior, ponderando-se que dentre os imperialismos, o estadunidense foi o "único

que fortaleceu seu poder durante a guerra", de maneira que este país passou a ser desde então "a mais forte potência imperialista"; e é na América Latina que esta potência centra seu poder, ora mediante uma "forma supostamente econômica", ora pela "dominação política aberta". No item "O dever do proletariado da América do Sul", frisa-se novamente o "exemplo heroico da Revolução Russa" a ser observado pelos povos americanos em sua busca por emancipação: "os conflitos imperialistas mundiais ameaçam provocar matanças também entre vocês".

Se a influência da Revolução Soviética foi decisiva na reconfiguração política do socialismo nas Américas, foi também peça chave para alicerçar a abertura criativa do pensamento marxista latino-americano. Animados por seu sopro de utopia concreta, grandes representantes do nosso marxismo logo ousaram se contrapor aos dogmas de matiz positivista que influenciaram as interpretações do materialismo histórico do período.

Dentre estes desbravadores, estão alguns dos primeiros grandes pensadores a lograrem análises efetivamente dialéticas e autênticas na América, inaugurando a tradição crítica dialética americana, com destaques para: Julio Mella (1903-1929), que com seu marxismo cálido superou as correntes evolucionistas e economicistas de então; e José Carlos Mariátegui (1894-1930), eminente representante do marxismo profundo, compreendido como pensamento aberto e fundado na práxis.

Quanto às principais questões enfrentadas neste período – em que se deu a *formação* de um autêntico marxismo latino-americano –, algumas dizem respeito à teoria da história, à peculiaridade ou *natureza* do processo revolucionário nas Américas de modo geral. Outras são reflexões de âmbito universal, relativas a aspectos mais propriamente *filosóficos* do pensamento marxista (tais como o caráter ontológico da práxis na construção histórica humana).

Expressão das mais criativas do marxismo – e que mesmo oriunda de uma nação periférica, viria a ter reconhecimento internacional –, o pensamento mariateguiano não só se refere a nosso continente e a sua problemática *regional*, mas busca uma perspectiva *global* e abarca problemas de cunho *universal*. Com suas análises precisas da realidade nacional latino-americana, que abarcaram inclusive novos temas até então quase ausentes do debate marxista, o Amauta (*Sábio*, em quéchua) cunharia seu lugar lado a lado com outros já clássicos representantes do materialismo histórico (como Antonio Gramsci e György Lukács).

**3 – Período da política de Frentes Populares: o frentismo etapista**

A terceira parte deste esboço de divisão histórica é a do período de implementação das políticas de Frente Popular, impulsionadas pelo governo soviético de Stálin, nos anos 1930, como forma de resistência pragmática dos comunistas diante do avanço do fascismo. Tendo por

bandeira a “defesa da democracia”, este “frentismo etapista” guiou os partidos comunistas do mundo, sobretudo dos países periféricos, no sentido de promoverem alianças com facções burguesas pretensamente progressistas: as chamadas “burguesias nacionais”.

Por este tempo, o pensamento marxista se viu restringido por problemas políticos, ameaças que vinham não só do bloco imperialista capitalista (perigo desde sempre enfrentado), mas agora também das potências fascistas, que se fortaleciam e começavam a manifestar sua violência e periculosidade. Destes problemas políticos, derivaram problemas teóricos de estratégia, que por sua vez derivariam em novos problemas políticos.

Ante o avanço fascista, a teoria mecanicista do evolucionismo por “etapas” defendia que a evolução política das sociedades de todo o planeta deveria seguir o modelo europeu ocidental, a saber, em que o feudalismo é sucedido pelo capitalismo antes de poder alcançar o socialismo. Tal entendimento teórico, antidialético e sem espaço à práxis revolucionária, significou um processo de ruptura com a estratégia anterior, que defendia que o processo revolucionário deveria se dar em nível mundial e sob a condução dos próprios partidos comunistas representantes dos trabalhadores.

Assim, com a difusão das políticas aliancistas (as “frentes”), muitos dos partidos comunistas passariam a colocar-se de modo subalterno, ou pouco protagonista, ao lado de falsos *aliados*, oriundos de uma suposta “burguesia nacional”. Tal postura foi um grave erro em especial no caso latino-americano, já que, nestas novas nações, jamais existiu uma fração significativamente nacionalista por entre a burguesia interna – sendo as elites sempre sócias submissas do capital imperialista, sem identificação com seu povo ou cultura.

Esses equívocos de análise e ação trariam sérias implicações e reveses ao movimento comunista internacional, em um período que se estende aproximadamente até a Revolução Cubana, em 1959. Foi um tempo de menor criatividade filosófica e científica, no qual o pensamento marxista foi parcialmente cerceado por uma visão manualesca que, pouco antes da Segunda Guerra Mundial, passou a ser imposta hegemonicamente aos partidos comunistas do mundo. Uma época pré-bélica marcada pela burocratização e rigidez, em que – à revelia de um mais profundo conhecimento das questões nacionais – se estabeleceu, de modo doutrinário, que a revolução em nações “coloniais” ou “semicoloniais” deveria cumprir previamente a “etapa” revolucionária “nacional-democrática” (“anti-imperialista”), tal como ocorrera na Europa.

O objetivo desta etapa seria o de erradicar um pretenso “feudalismo”, tarefa que, segundo a orientação de Moscou, passava por uma aliança de classes com segmentos de outras classes que se acreditava ter interesses “nacionais”. Aliaram-se, pois, em uma *frente política*, as classes operária e camponesa (de forma muitas vezes submissa e sem protagonismo político) com as

ditas “pequena burguesia” e “burguesia nacional”. Isto, como dito, em prol de uma transformação estrutural que levaria essas sociedades primeiramente ao “capitalismo”, dada a sua “imaturidade” de então, para, somente depois desta fase, poderem construir sua revolução efetivamente socialista.

Não obstante, também nesta época viu-se o despontar de nomes brilhantes, em especial na sociologia e historiografia – campos do pensamento que conseguiram manter alguma autonomia frente às intervenções externas eurocêntricas (que restringiram a reflexão e ação política). É o caso do grande “intérprete” brasileiro, o historiador e filósofo Caio Prado Júnior (1907-1990), cuja obra, embora já tivesse impactado o período anterior, ganhou maior protagonismo; e também do sociólogo e historiador argentino Sergio Bagú (1911-2002). Ambos os marxistas, com interpretações acuradas da realidade e conformação sócio-histórica de suas nações, seriam os primeiros a refutar contundentemente a tese pró-aliancista de que, na história das Américas, teria havido um modo de produção “feudal” de moldes europeus.

**4 – Novo ânimo revolucionário: segunda metade do século XX**

Finalmente, temos o quarto período, o da segunda metade do *breve* século XX, que começou a se acender em meados do século XX, com a efervescência da Revolução Chinesa, de 1949, realizada em um país pobre e de maioria campesina. A vitória dos comunistas, liderados por Mao Tsé-Tung, além de voltar a acirrar os ânimos revolucionários – apassivados desde os anos 1930 pela estratégia mecânica etapista –, demonstrou, na prática, uma perspectiva cara ao marxismo latino-americano, a saber, que a revolução em nações com significativa parcela da população camponesa teria necessariamente como protagonistas, ao lado dos operários urbanos, também o campesinato – e aqui se incluem, como já defendia Mariátegui, os povos indígenas.

Portanto, mais uma vez, após a experiência vitoriosa soviética, se comprovava a tese de que cada sociedade deve pensar e promover sua revolução segundo suas próprias características, peculiaridades e história.

Entretanto, no caso latino-americano, o que impactaria mais decisivamente o pensamento marxista seria a Revolução Cubana, de 1959, evento histórico de primeira grandeza que, com o brilho das estrelas de Fidel Castro, Che Guevara e tantos outros heróis, fez desabrochar com força, na América inteira, um renovado fôlego comunista.

Este novo período revolucionário reanimou tanto a teoria quanto a prática comunista. Viu-se então a firme ascensão de correntes novamente radicalizadas, que tinham por referência comum a natureza diretamente “socialista” (e não mediada por etapa intermediária) da revolução e a legitimidade da luta armada, isto é, a ética do uso pontual da violência como

defesa diante da violência estrutural sistêmica.

Conforme Enrique Dussel, a Revolução Cubana foi a revolução social mais importante da América no século XX, como a Revolução Haitiana (1804) o fora no século XIX, ao enfrentar a França[ix]. Mais que isto: a vitória cubana chacoalhou – de novo – os ânimos emancipatórios de todo o mundo, *atualizando* as lutas sociais e a utopia na dura fase distópica que se abriu na segunda metade do século XX.

Contudo, essa foi uma época de vicissitudes, pois logo se agravaria a *crise estrutural capitalista* (fim da década de 1960). Neste contexto, as dificuldades dos revolucionários foram pioradas: a agressão *reativa* levada a cabo pelo comando do capital internacional (instalado nas nações centrais do capitalismo) provocou a degradação das políticas de bem-estar social nos países do centro do sistema. Este revés, por sua vez, animaria as experiências contestatórias de 1968 – movimentos que abalaram o mundo inteiro, trazendo novas demandas e pautas para o socialismo, em um processo que desembocaria no surgimento de novas formas de lutas sociais.

Um outro aspecto desta crise sistêmica foi o enfraquecimento e consequente derrota econômico-militar da União Soviética. Assim, com o unilateralismo geopolítico que se seguiu, desembocamos na momentânea *vitória* neoliberal do fim do século XX – quando a então única superpotência e seus sócios menores lograram impor ao mundo violentos "ajustes estruturais", os quais esfacelariam sindicatos, partidos e organizações socialistas pelo planeta afora, antes de deixarem para o novo milênio, como legado de seu modelo de "progresso" (meramente técnico-científico), a cifra recorde de um bilhão de famintos[x].

**5 – Tempos do neoliberalismo abertamente fascista**

Ante a nova realidade, surgiram variados intentos de fomentar reformas básicas, por parte de governos eleitos pelo voto popular com base em programas não mais diretamente fundados na concepção materialista histórica, mas em projetos desenvolvimentistas.

Estes programas políticos de matiz reformista trouxeram benefícios e foram possíveis até certo ponto. Até o ponto em que as elites, percebendo no bolso a consistência da teoria marxista da queda tendencial da taxa de lucro, voltaram a apostar na violência da irracionalidade fascista, com o objetivo de manter seus privilégios ainda que às custas de vidas humanas e destruição ambiental.

***

Mas esta história ainda está sendo escrita e, portanto, é preciso ter ângulo histórico para melhor interpretá-la. E afinal – para além da compilação digital mal denominada "inteligência artificial" (que nem é *inteligente* nem propriamente *artificial*) –, quem escreve a História, ainda, é o povo organizado. Ao menos até que uma bomba mal dimensionada, quem sabe, ponha na espécie um inesperado ponto final.

## Notas

***** Coordenador-geral do Núcleo Práxis-USP e editor do *Dicionário marxismo na América*; professor de Filosofia e História Contemporânea, educador popular, escritor, editor e militante do jornalismo independente. Autor de, entre outras obras: *Marx na América: a práxis de Caio Prado e Mariátegui* (Anita Garibaldi/Práxis Literária, 2026); *Histórias e lutas sociais: a classe que trabalha em movimento* (EDUC/Capes: 2019); e *Cantos dos infernos* [poesia] (Anita Garibaldi/Práxis Literária, 2025).

---

[i] Este ensaio foi parcialmente elaborado com base em um trabalho anterior: MARTINS-FONTES, Yuri. "Revolução Russa e Revolução Latino-Americana". *Projeto História*, São Paulo, v. 60, out.-dez. 2017.

[ii] Sobre a "práxis", veja-se o Marx desde as "Teses sobre Feuerbach" (1845), e em especial após *O capital.*

[iii] A respeito da capacidade de liderança de Lênin, ver: URBANO RODRIGUES. "Apontamentos sobre Trotsky". *O Diário*, 11/dez/2008. Disp: odiario.info.

[iv] DUSSEL, *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana.* México: Siglo XXI, 1990; LÖWY, *O marxismo na América Latina.* SP: Perseu Abramo, 2006. Sobre a recepção do marxismo no Brasil: KONDER, L., *A derrota da dialética.* RJ: Campus, 1988. Cf. Hobsbawm, o "breve século XX" termina com a capitulação do projeto soviético frente às forças do capital.

[v] PAULO NETTO. "Nota sobre o marxismo na América Latina". *Marxismo 21,* jul. 2012. JEIFETS. Carlos Baliño. *Cuba Posible*, mar/2017. VITALE. *Cuba: de la colonia a la Revolución.* Santiago: RiL, 1999. FORNET-BETANCOURT. *Transformaciones del marxismo.* México: Plaza y Valdés, 2001. COGGIOLA. "Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil". *Germinal*, v.7, n.2, 2015. PUIGROSS. *La educación popular en América Latina*. B. Aires: Colihue, 2016.

[vi] PELÁEZ RAMOS. "Los años de formación del Partido Comunista en México". *APIA*, jan. 2012. "Historia del Partido Comunista de los EE UU". *Acción Comunista,* set. 2010.

[vii] "L'Internacionale Comuniste", n.15, jan. 1921. In: LÖWY, obra citada.

[viii] *Ibidem*.

[ix] DUSSEL (1990), obra citada.

[x] MARTINS FONTES, Yuri. *Marxismo e saberes originários – afinidades.* Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado (Ética e Filosofia Política) – Universidade de São Paulo, 2017. Acerca do tema, vale verificar os dados de relatórios da FAO-ONU, divulgados inclusive pela imprensa conservadora que apoiou tais políticas; essa cifra trágica foi atingida com a chamada "crise dos preços dos alimentos".